

Relatório da Administração

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, relativos aos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015, da Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A.

Histórico

A Cotação DTVM S/A, empresa do Grupo Rendimento, está presente no mercado de câmbio turismo, desde 1989, com matriz em São Paulo e atuação nas principais capitais e cidades do Brasil. Realiza operações de compra e venda de papel moeda, travelers cheques e cartão pré-pago internacional Rendimento Visa Travel Money, com segurança e comodidade, para mais de um milhão de clientes. Além das operações de câmbio destinadas a gastos com viagens internacionais, é oferecido o produto remessa expressa, que consiste no envio ao exterior de valores até US\$ 3.000,00 a título de transferências unilaterais, e pagamentos e recebimentos internacionais de natureza comercial e financeira, para operações de até US\$ 100.000,00. O atendimento à clientela é diferenciado das demais instituições financeiras do segmento de câmbio, por contar com funcionários especializados e prontos para atender à complexa regulamentação cambial e regras tributárias incidentes. A Cotação DTVM S/A detém o Certificado Internacional de Qualidade (ISO), evidenciando, e desta forma, mantendo a constante preocupação em oferecer serviços de qualidade aos seus clientes em suas viagens ao exterior.

Controles Internos, Riscos e Governança Corporativa

A estrutura Governança Corporativa, Controles Internos e Riscos, da Cotação DTVM, encontra-se integrada ao Grupo Rendimento e alinhada às exigências regulatórias, abrangendo as Áreas de Compliance, Riscos de Mercado, Operacional, Liquidez, Crédito, Responsabilidade Socioambiental, Segurança da Informação e Auditoria Interna, com procedimentos de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo.

A gestão de riscos e de controles internos envolve um conjunto integrado de ações nas operações de câmbio, bem como subsídio à gestão de liquidez da organização. Tais atividades e procedimentos encontram-se disciplinados em normativos internos da Cotação DTVM e em conformidade com leis e regulamentos emanados pelo CMN e BACEN. Esses mecanismos de gestão estão em contínuo aprimoramento interno e são essenciais para a otimização na utilização do capital e obtenção da melhor relação Risco x Retorno aos seus acionistas, através da seleção das melhores oportunidades de negócios.

Risco Operacional

A crescente sofisticação do ambiente dos negócios bancários e a evolução tecnológica tornaram mais complexos os perfis de risco das organizações, cujo gerenciamento requer uma estrutura distinta das aplicadas aos riscos. A Cotação DTVM mantém política de gerenciamento do risco operacional, em conformidade com a Resolução nº 3.300/05, do CMN, constituída por um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação, do gerenciamento, à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas. A estrutura formalizada na política prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionadas ao risco operacional e aos papéis e responsabilidades das áreas que participam dessa estrutura.

Ouidoria

No que tange ao Direito do Consumidor, a Cotação DTVM atende as disposições da Resolução 3.849/10, do CMN. A Unidade de Ouvidoria tem como função ser canal de comunicação entre a Cotação e seus clientes, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais da Instituição, inclusive na mediação de conflitos, bem como propor à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas. A área de Ouvidoria atua independentemente das áreas de negócios da Cotação DTVM, proporcionando um relacionamento aberto e provido de imparcialidade da Empresa com Clientes, "Stakeholders" e com o público em geral. Tal dispositivo atende às manifestações recebidas através do Banco Central do Brasil, Órgão de Defesa do Consumidor, imprensa, cartas, telefones e e-mail.

Risco de Liquidez e Mercado

O controle da liquidez é um instrumento estratégico e de extrema importância, na Cotação DTVM, tendo em vista a necessidade do acoplamento contínuo dos níveis de caixa, possibilitando que liquidações sejam realizadas em tempo hábil e de maneira segura, sem problemas de descausamento entre ativos e passivos. Dessa forma, mantêm política, em conformidade com a Resolução nº 4.090/12, do CMN, que visa estabelecer a flexibilidade para lidar com eventos específicos de liquidez. A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado encontra-se alinhada aos conceitos do Comitê de Basileia e ao disposto na Resolução nº 3.464/07, do Conselho Monetário Nacional, sendo constituída por um conjunto de princípios que norteiam a estratégia e controle dos negócios da Cotação DTVM.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo

A Cotação DTVM conta com instrumentos de controle, políticas, processos e sistemas de monitoramento, nas operações realizadas com clientes e parceiros, através de seus produtos e serviços, a fim de evitar e combater a "lavagem" de dinheiro oriunda de atividades ilícitas, inclusive aquelas ligadas aos casos de corrupção e terrorismo.

A participação frequente da alta administração, na prevenção e detecção à "lavagem" do dinheiro, assegura o alinhamento entre as diversas áreas e atividades da Instituição, bem como possibilita definir políticas aderentes às melhores práticas internacionais e de mercado.

A política "conheça seu cliente", o programa de treinamento de funcionários, os processos e sistemas de controles e o monitoramento das operações, permitem a identificação tempestiva de situações atípicas. As áreas de negócios da Cotação DTVM são responsáveis, em primeiro nível, por identificar e recusar negócios e operações que considerarem suspeitos ou atípicos, reportando sempre à Alta Administração.

Segurança da Informação

O Departamento de Segurança da Informação - DSI é uma área estratégica de Controles Internos e institucional, qual se reporta diretamente ao Diretor Presidente do Grupo Rendimento e Comitê de Segurança da Informação. A DSI tem como objetivo principal a proteção da informação e minimizar ameaças de forma a garantir a continuidade e sustentabilidade do negócio, possibilitando assim a maximização do retorno sobre os investimentos. A DSI atua nos princípios da Segurança da Informação balanceando os fatores de riscos, tecnologia e custos, bem como abrangendo os pilares da segurança (Integridade, Confidencialidade e Disponibilidade). Com o objetivo de preservar a aderência à Política de Segurança da Informação no ambiente corporativo, nos controles internos e dos sistemas informatizados, temos como base o seguinte escopo de atuação: Programas de treinamento de desenvolvimento seguro e conscientização; Hardening; Monitoramento de atividades e acessos críticos; revisão e estabelecimento de políticas, Perfis e Controle de acesso; Análise e Gerenciamento de vulnerabilidades; Análise de riscos de segurança; Classificação da informação; Monitoramento das regras de negócios; Criptografia de dados, proteção de tráfego de informações, entre outros controles relacionados à atividade.

Plano de Continuidade de Negócio

A Cotação DTVM S/A conta atualmente com uma estrutura de pessoas e processos para Gestão de Continuidade de Negócios (GCN). Existe uma equipe preparada para assegurar que em momentos de crise, a recuperação e a continuidade dos processos críticos de negócio sejam efetivos e capazes de salvaguardar os interesses das partes

interessadas, a reputação e a marca da organização e suas atividades de valor agregado. Regularmente os procedimentos e estruturas são revisados e testados para assegurar sua eficácia em caso de necessidade.

Responsabilidade Socioambiental

A Gestão do Risco Socioambiental, implementada na Cotação DTVM S/A, segue a estrutura corporativa implantada no Grupo Rendimento e visa estabelecer princípios, diretrizes e procedimentos, da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), bem como definir as ações, desta natureza, nos negócios e nas relações de trabalho e com o mercado, clientes, fornecedores e público interno, nos termos definidos na Resolução nº 4.327/14 do CMN.

A estratégia para a aplicação de medidas socioambientais consiste na adoção de duplo objetivo, quais sejam: a) agregar às práticas atuais de governança, ações de sustentabilidade e de responsabilidade socioambiental no ambiente interno, contemplando as atividades de negócios e serviços bancários explorados e b) avaliar o "risco socioambiental" na relação com clientes, parceiros e fornecedores, visando à adoção de procedimentos que anulem ou reduzam a incidência de tal risco.

A Diretoria de Riscos e Compliance cabe a definição de políticas, medidas estratégicas, estabelecimento de responsabilidades, manutenção da estrutura implantada e acompanhamento do cumprimento das obrigações legais previstas para a PRSA, cuja política e ações estão sendo implementadas de forma corporativa e integrada sob todos os aspectos sociais e ambientais.

Audidores Independentes

A Ernst & Young Auditores Independentes S.S é a empresa de auditoria externa contratada para o exame das demonstrações financeiras da Cotação DTVM S/A. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos.

Agradecimentos

A administração da Cotação DTVM S/A agradece aos nossos clientes e parceiros do mercado, pela confiança em nós depositada, e o empenho de nossos Colaboradores.

Balancos Patrimoniais
Em 30 de Junho de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2016	2015
ATIVO			
Circulante		51.801	46.074
Disponibilidades	4/5	18.613	16.442
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4/6	11.530	9.224
Aplicações no mercado aberto		11.530	9.224
Outros créditos		20.675	19.312
Carteira de câmbio	7	8.531	7.436
Diversos	8	12.144	11.876
Outros valores e bens		983	1.096
Despesas antecipadas		983	1.096
Realizável a longo prazo		52.863	40.460
Outros créditos		52.192	39.869
Diversos	8	52.192	39.869
Outros valores e bens		671	591
Despesas antecipadas		671	591
Permanente		10.914	13.467
Investimentos		1.001	917
Participações em controladas - no País	9	976	892
Outros investimentos		25	25
Imobilizado de uso	10	9.390	12.037
Imóveis de uso		22	22
Outras imobilizações de uso		25.852	25.501
(Depreciações acumuladas)		(16.484)	(13.486)
Intangível		523	513
Ativos intangíveis - outros		857	1.042
(Amortização acumulada)		(334)	(529)
Total do ativo		115.578	100.001

	Notas	2016	2015
PASSIVO			
Circulante		42.554	39.319
Outras obrigações		42.554	39.319
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		1.652	1.262
Carteira de câmbio	7	17.535	13.918
Fiscais e previdenciárias	11a	6.815	6.363
Diversas	11b	16.552	17.776
Exigível a longo prazo		40.141	28.777
Outras obrigações		40.141	28.777
Fiscais e previdenciárias	11a	38.032	27.137
Diversas	11b	2.109	1.640
Patrimônio líquido		32.883	31.905
Capital		20.000	20.000
De domiciliados no país		20.000	20.000
Reserva de Lucros		12.883	7.482
Lucros Acumulados		-	4.423
Total do passivo		115.578	100.001

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Semestres Findos em 30 de Junho de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Realizado	Aumento de Capital	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
			Legal	Outras		
Saldo em 31 de dezembro de 2014	12.501	-	2.500	15.706	-	30.707
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	5.498	5.498
Aumento de capital	-	7.499	(2.500)	(4.999)	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	275	-	(275)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(3.500)	-	(3.500)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(800)	(800)	-
Saldo em 30 de junho de 2015	12.501	7.499	275	7.207	4.423	31.905
Saldo em 31 de dezembro de 2015	20.000	-	660	13.595	-	34.255
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	5.898	5.898
Constituição de reserva legal	-	-	295	-	(295)	-
Constituição de reserva especial de lucros	-	-	-	4.333	(4.333)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(6.000)	-	(6.000)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(1.270)	-	(1.270)
Saldo em 30 de junho de 2016	20.000	-	955	11.928	-	32.883

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
30 de Junho de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, empresa constituída em 12 de julho de 1967 ("Distribuidora"), está voltada basicamente para operações no mercado financeiro de câmbio. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro nacional e internacional. Cartas operacionais têm a participação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Rendimento. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e o custo da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e normas do Banco Central do Brasil (BACEN), e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma a Cotação DTVM S/A, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou, conforme aplicáveis, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: CPC 01 - Resolução CMN nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 - Resolução CMN nº 3.604/08 - Demonstração do fluxo de caixa; CPC 05 - Resolução CMN nº 3.750/09 - Divulgação sobre partes relacionadas; CPC 25 - Resolução CMN nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 24 - Resolução CMN nº 3.973/11 - Evento subsequente; CPC 10 - Resolução CMN nº 3.980/11 - Pagamento baseado em ações; CPC 23 - Resolução CMN nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 04 - Resolução CMN nº 4.144/12 - Estrutura Contábil para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil - Financeiro; CPC 33 - Resolução CMN nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados.

3. Sumário das principais práticas contábeis: a) Auração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro rata para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo método de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. **b) Moeda funcional:** As demonstrações financeiras da Cotação estão representadas em reais, que é sua moeda funcional de apresentação. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação. **d) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. **e) Operações de câmbio:** As operações são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais (em base pro rata) auferidas. **f) Investimento:** Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas, quando aplicável. **g) Imobilizado:** Correspondem aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade. Os bens estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens. **h) Intangível:** São compostos por direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade. **i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment):** O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08. Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente. **j) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para o imposto de renda IRPJ é calculada à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras (15% até agosto de 2015), incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras, foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2015, nos termos da Lei nº 13.189/2015 (Instituído em Lei de Medida Provisória (MP) 675/2015).

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da tributação e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseadas nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração. **k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios: Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais dúvidas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08. Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente. **l) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para o imposto de renda IRPJ é calculada à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras (15% até agosto de 2015), incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras, foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2015, nos termos da Lei nº 13.189/2015 (Instituído em Lei de Medida Provisória (MP) 675/2015).

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da tributação e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseadas nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração. **k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios: Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais dúvidas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08. Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente. **l) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para o imposto de renda IRPJ é calculada à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras (15% até agosto de 2015), incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras, foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2015, nos termos da Lei nº 13.189/2015 (Instituído em Lei de Medida Provisória (MP) 675/2015).

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da tributação e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseadas nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração. **k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios: Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais dúvidas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08. Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente. **l) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para o imposto de renda IRPJ é calculada à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras (15% até agosto de 2015), incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras, foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2015, nos termos da Lei nº 13.189/2015 (Instituído em Lei de Medida Provisória (MP) 675/2015).

A DIRETORIA

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

As Acionistas e aos Administradores da Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Examinamos as demonstrações financeiras da Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** A administração da Distribuidora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de

por ação. O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações, nas datas das informações semestrais. **m) Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. **n) Representação de saldos comparativos:** As demonstrações financeiras de 30 de junho de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram representadas, para adequações as políticas contábeis de acordo com a interpretação das origens de despesas.

	30 de junho de 2015	
	Apresentado	Ajuste Representado
Outras receitas/despesas operacionais		
Outras despesas administrativas	(25.448)	8.668
Outras despesas operacionais	(466)	(6.868)
Lucro líquido		
(i) Para melhor comparabilidade foram realizadas reclassificações de despesas administrativas para despesas operacionais, sendo a relevante, Comissões (5.759), vide nota 19.		

Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Disponibilidades (nota 5)	18.613	16.442
Aplicações em operações compromissadas (nota 6)	11.530	9.224
Total	30.143	25.666

5. Disponibilidades

	2016	2015
--	------	------